

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA A ANÁLISE

Henrique Mendes dos Santos¹

Resumo

Este trabalho está dividido em três partes : A primeira parte trata do tabuleiro político da América-Latina, a corrente neoliberal que na década de 90 possuía ampla hegemonia passa a sofrer questionamentos no começo deste novo século com a chegada ao poder de líderes oriundos de movimentos populares, fato que merece trato teórico por parte da academia, a segunda parte trata da confluência perversa segundo Dagnino (2004) e de como projetos antagônicos podem assumir um mesmo título confundindo setores progressistas, a terceira parte trata de espaços recentes destinados a participação popular como os conselhos gestores e o orçamento participativo.

Palavras-chave : America-latina, neoliberalismo, sociedade-civil, participação

¹ Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela PUC-RJ

RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA

Esta sessão do trabalho pretende analisar as profundas transformações pelas quais passou a América Latina na década de 90, seus rebatimentos para a classe trabalhadora e possíveis modelos de superação que se apresentam através da entrada em cena de novos personagens que irão mexer no tabuleiro político do nosso continente.

A análise da América Latina parte de uma inquietação do autor no que diz respeito as recorrentes análises que levam em conta somente os chamados países centrais e que primam pelo eurocentrismo, deixando de estabelecer um olhar para os nossos vizinhos e pelas transformações pelas quais passam.

Se as décadas de 60,70 e 80 apresentaram-se enquanto período de crescentes mobilizações sociais, de efervescência e luta pela queda da ordem vigente, o mesmo não pode ser dito da década posterior, uma época sem dúvida de grandes derrotas da classe trabalhadora.

A partir da crise do sistema capitalista na década de 70, retomou-se com força as idéias de Frederick Hayek e um velho modelo estava por vir.

Hayek com sua obra *O Caminho da servidão*² teoriza que o Estado deveria criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível e complementar-lhe as ações quando ela não o possa ser. Baseado nas palavras de Adam Smith, embora o estímulo à concorrência possa oferecer as maiores vantagens para a sociedade, existem tarefas que jamais compensariam o gasto de qualquer indivíduo ou de pequenos grupos de indivíduos. São estas tarefas que na verdade oferecem um campo vasto para a intervenção estatal.

Vemos aqui que o Estado não deixa de intervir, contudo esta intervenção se dá na criação (ou na destruição) de regras que facilitem a livre concorrência e a livre circulação de capital.

As políticas públicas neste contexto passam a ser vistas como “gorduras”, algo desnecessário e que somente deveria ser dirigida aos miseráveis, sendo o seu caráter residual e focalizado.

² Friedrich Hayek é um dos expoentes da escola austríaca de economia e um dos pensadores liberais de destaque no século XX.

O Mercado seria então a instância suprema que garantiria todos os problemas advindos da desigualdade que perpassam o sistema, os defensores da corrente liberal inclusive são fortes darwinistas sociais e acreditam que a desigualdade é uma questão normal e que somente aqueles mais preparados podem de fato triunfar, desconhecendo, porém que não há igualdade no que diz respeito às condições de “disputa” e que o fracasso ou sucesso de cada um é uma questão intrinsecamente ligada à esfera societária.

Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos são os primeiros a aplicarem as políticas de corte neoliberal, já a América Latina a partir da década de 90 passa a ser considerada laboratório de experiências neoliberais, e é o Chile, o país que parece seguir a risca o receituário do Estado Mínimo.

Inclusive é preciso citar que todo o sistema de proteção social construído sob a égide do governo socialista de Salvador Allende foi desmantelado quase que na sua totalidade pelo regime ditatorial de Augusto Pinochet, direitos historicamente conquistados foram abolidos desarticulando e deixando a classe trabalhadora à mercê do mercado.

Contudo, abro aqui um parêntese sobre o curioso caso Chileno, uma vez que este sempre foi visto pelos burocratas do BID e FMI como exemplo a ser seguido, porém o essencial não foi privatizado, fato ofuscado pelos relatórios destas instituições.

Atílio Boron (1997) salienta que:

(...)a empresa estatal criada pelo governo Socialista de Salvador Allende para explorar as jazidas de cobre – e que, como dizia o falecido presidente, dava o salário ao Chile, continuou nas mãos do Estado até o dia de hoje. A CODELCO desvia para os cofres fiscais aproximadamente metade do total das receitas geradas pelas exportações chilenas (BORON:1997,13)

Após o dramático caso chileno outros países aderiram a esta proposta : Peru com Alberto Fujimori, Argentina com Menem, o MNR na Bolívia, a ação democrática na Venezuela e o PSDB no Brasil.

Emir Sader (2008) enumera as conseqüências da adoção do receituário neoliberal na América Latina:

O modelo esgotou seu potencial hegemônico , sem que tivesse conseguido cumprir suas principais promessas. Se é certo que a inflação foi controlada, seu preço foi muito alto: brecou a possibilidade de retomada do desenvolvimento econômico, produziu o mais intenso processo de concentração de renda que o continente já conheceu, gerou enormes déficits públicos, expropriou direitos fundamentais da maioria da população, elevou exponencialmente o endividamento público, e além disso fragilizou as economias da região, que passaram a ser vítimas de ataques especulativos (...) (SADER:2008,51)

Ou seja, presenciou-se na década de 90 na América latina uma verdadeira tragédia no que diz respeito à conquista de direitos historicamente conquistados, é como se nada houvesse acontecido antes, a história havia chegado ao seu fim, não sob a égide do socialismo, mas do ataque especulativo, da estratégia neoliberal e da supremacia do mercado.

É no plano ideológico que a estratégia neoliberal consegue êxito, a flexibilização das relações de trabalho, o enfraquecimento de sindicatos, a criminalização dos movimentos sociais, e o discurso recorrente de ineficiência do serviço público trouxeram fraturas imensas para a classe trabalhadora.

Segundo Boron (1997)

Se for observada a experiência dos países “reformados” seguindo os preceitos do consenso de Washington- América latina, Europa oriental e Rússia- percebe-se que o triunfo do neoliberalismo foi mais ideológico e cultural do que econômico. Esta vitória assentase sobre uma derrota epocal das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista (...) (BORON,1997,9)

Caminhávamos então para o chamado pensamento único, ou seja, não havia mais alternativas, todo e qualquer processo de mobilização ou luta por uma nova ordem social eram tidos como anacrônicos, a sociedade do consumo

da estética dos shopping-centers e do individualismo capitaliza-se pelo tecido social de forma nunca antes vista, o modo de vida e os valores norte-americanos estão cada vez mais presentes.

Emir Sader (2008) corrobora com esta visão ao afirmar que:

“A influência ideológica dos Estados Unidos caracteriza, como um caso típico de hegemonia no sentido gramsciano do conceito , refletida na capacidade de convencimento, de persuasão, de fascínio, de sedução, de adoção dos valores do modo de vida norte-americano. No caso das populações pobres, a sedução do consumo de marcas, do McDonald’s , da internet e além disso, no caso da China, o uso da tecnologia e de automóveis, como sintomas da indução de valores norte-americanos” (SADER:2008,54)

Portanto, a América-latina presenciou até então uma crise de hegemonia no que diz respeito a um projeto de poder advindo da classe trabalhadora, era preciso então, criar novas bases e começar praticamente da estaca zero.

Contudo a abertura indiscriminada ao capital especulativo, o contínuo enfraquecimento das economias nacionais e as crises cíclicas do sistema , levaram a um esgotamento da estratégia neoliberal, e foi nas urnas através do processo democrático que surgiram novos atores na virada da década de 90 que trouxeram um ponto de interrogação sob as teses de pensamento único.

A partir do final da última década do século XX tivemos uma virada no que diz respeito às políticas adotadas pelos países latino-americanos e isto se deu pela mudança instaurada pela via democrática: Carlos Andrés Perez e Rafael Caldeira deram lugar a Hugo Chávez na Venezuela, FHC por Lula no Brasil³, Pepe Mujica toma o poder no Uruguai, Sánchez de Lozada dá lugar a Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa assume no Equador e Fernando Lugo no Paraguai.

O que isto representa para o jogo político da América-latina? Quais são as novidades que estes líderes trazem para o espectro latino-americano?

A questão mais importante é entender que a partir do discurso e das promessas de campanha destes candidatos há uma forte alusão ao declínio do

³ Como este ensaio foi escrito no ano de 2010, não havia considerado a eleição de Dilma Rousseff, porém entendo que o projeto político ao qual a mesma está vinculada é o mesmo do seu antecessor.

pensamento único e da estratégia neoliberal, discute-se abertamente a retomada da capacidade de investimento do Estado (o que muitos chamam de neo-desenvolvimentismo) e em alguns casos uma alusão clara a um projeto socialista.

Entretanto, é preciso entender que existem diferenças entre estes atores, homogeneizá-los incorreria em grande perigo e armadilha teórica, negando inclusive a conjuntura e tradições locais de cada país, pois é certo que Lula não é igual a Chávez e que Lugo não é igual a Morales, por exemplo.

Faz-se necessário, portanto, uma análise dos três grupos que definem o tabuleiro político da América-latina nos dias de hoje, vamos a eles:

O primeiro grupo é o que podemos classificar como sendo de centro-esquerda composto por Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, não há ruptura com a estratégia neoliberal, mas uma freada no processo de privatização e consequente flexibilização deste modelo; o segundo grupo é composto por governos que propõem uma radicalização do processo democrático como os de Correa, Chávez e Morales e o terceiro grupo é composto pelos que continuam a manter uma proposta articulada a estratégia neoliberal como os governos do Peru, Chile e Colômbia.

Contudo, a ruptura com a estratégia neoliberal (caso de Venezuela e Bolívia, por exemplo) e a sua flexibilização (caso Brasileiro e Uruguai) trouxeram novas perspectivas para um continente até então tido como o mais fraco da cadeia global e laboratório de experiências neoliberais.

O próprio declínio da economia americana nos ajuda a compreender as mudanças pelas quais o continente passa, pois se por um lado os americanos são os que mais tiraram vantagem desta hegemonia passam de forma contraditória a ser o mais atingido por ela. As crises cíclicas do sistema (2001, 2008, 2010), levaram a um enfraquecimento do sistema financeiro americano e obrigaram o governo Obama a adotar uma série de medidas protecionistas e a uma regulação do sistema financeiro, mesmo sob protestos dos republicanos.

Talvez seja cedo para determinar o declínio do pensamento único e da estratégia neoliberal, contudo é fato que estes, passam por derrotas e sua hegemonia parece chegar ao fim, a lacuna deixada pelo fim das idéias do

chamado consenso de Washington deixam espaço a ser ocupado por forças progressistas de esquerda em nosso continente, alguns países como: Venezuela, Bolívia e Equador largaram na frente no sentido de construção de um projeto pós-neoliberal; Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai estão no meio do caminho e Colômbia, Peru e Chile e Peru continuam atrelados ao poder hegemônico americano, isto apenas mostra a complexa teia política de nosso continente que continua a necessitar de maior teorização para que possamos de fato enxergar nosso futuro político.

Mas existem possibilidades, a classe trabalhadora sendo aquela que mais sentiu na pele os efeitos da estratégia neoliberal já deu respostas nas urnas sobre uma possível mudança dos rumos na América-latina, contudo é preciso salientar que apenas isto não basta, além de respostas via eleição com a chegada ao poder de novos atores, precisamos retomar as grandes mobilizações tão em voga nas últimas décadas do século XX – com exceção da década de 90 -, pois a partir daí teremos um fortalecimento de um projeto atrelado aos interesses dos trabalhadores e a conquista de uma hegemonia que esteja sintonizada aos anseios da maioria da população.

PROJETOS ANTAGÔNICOS SOB O MESMO DISCURSO : ANÁLISE CONCEITUAL E POSSÍVEIS FORMAS DE SUPERAÇÃO DESTA CONTRADIÇÃO

Como havia dito na sessão anterior, a maior vitória da estratégia neoliberal não se deu no plano econômico ou no plano político, mas foi uma vitória que se deu sobretudo no plano ideológico e que acabou por trazer profundas marcas em nossa sociedade, portanto faz-se urgente a necessidade de rigoroso trato teórico para que possamos desvendar equívocos ou mesmo intenções nada nobres de uso conservador de conceitos progressistas.

Cabe aqui uma análise do caso brasileiro e de como mesmo passando por um governo de centro-esquerda como o de Lula, as marcas das derrotas impostas a classe trabalhadora no final do século passado continuam latentes.

Reportarei-me, sobretudo as análises de Evelina Dagnino (2004) sob a confluência de projetos antagônicos e que acabam por utilizar conceitos chave similares como : Sociedade civil, participação e cidadania.

E que projetos são esses ? Quais são as suas características e a que e a quem servem ?

O primeiro é o projeto democratizante que teve o seu auge na década de 80, participaram dele inúmeros movimentos sociais, associações de bairro, sindicatos , categorias profissionais e setores progressistas da sociedade. Este projeto culminou na promulgação da constituição de 1988, sendo esta considerada um grande avanço e que aproximaria de vez nosso país de um sistema de proteção social universal, ela é fruto de uma co-relação de forças na qual a classe trabalhadora possuiu atuação decisiva.

O segundo projeto advém da estratégia neoliberal e continua a ser hegemônico em nosso país , há o culto a desresponsabilização do Estado, a retração do investimento em políticas públicas e ao individualismo exacerbado, presenciamos um retorno da filantropia, de políticas residuais e focalistas, das precarizações das relações de trabalho e sobretudo a desmobilização e criminalização de sindicatos e movimentos sociais que continuam a ter uma ênfase combativa.

A autora define três conceitos chave que deverão ter seus significados desvendados : Sociedade civil, participação e cidadania, entendendo as mudanças que estes conceitos trouxeram para a nossa cultura democrática.

O primeiro grande equívoco diz respeito a categorização de sociedade civil, a mesma passa a ser vista enquanto espaço autônomo, uma espécie de contraposição ao Estado. AA sociedade civil é vista como lugar da democracia e o Estado, como espaço do autoritarismo.

Difunde-se a idéia de agilidade da primeira esfera e lentidão, burocracia e ineficiência da segunda, as políticas públicas sociais devem portanto escapar da morosidade estatal, adota-se uma linguagem empresarial com indicadores a curto prazo e uma visão economicista da Questão Social.

Há ainda a confusão entre o termo sociedade civil e a sua ligação intrínseca por parte dos defensores da estratégia neoliberal ao nome terceiro setor, como se sociedade civil e terceiro setor fossem sinônimos.

Contudo, a própria categorização de terceiro setor merece análise mais detalhada e padece de fragilidades teóricas uma vez que muitas são as instituições e movimentos que estão em seu bojo, Carlos Montaña (2002) faz uma ponderação importante:

“O movimento dos sem-terra, as forças armadas revolucionárias colombianas, os movimentos indígenas de Chiapas, as greves de fábricas; são eles pertencentes ao chamado terceiro setor? E os movimentos “violentos” ou insurrecionais de massa (ocupações de prédios públicos, queimadas de ônibus ou pneus) e as lutas civis, étnicas e raciais, integram elas o conceito? A princípio pareceria que não sendo atividades estatais nem da órbita do mercado (primeiro e segundo setor), deveriam ser tratados como pertencentes ao terceiro setor” (MONTAÑO: 2002,56)

Ao que tudo indica organizações que propõem uma luta direta , uma forma conflitiva de mobilização são excluídas desta terminologia, ficando latente a lógica da integração e da cooperação.

Não se trata aqui de desqualificar todas as ONGs, mesmo aquelas que exercem atividades de prestação de serviços, mas trata-se de pensar sobre o seu significado enquanto ator social importante e que poderia por fora do sistema político exercer um poder de pressão junto ao Estado para que políticas públicas de qualidade fossem implementadas.

Portanto, há um deslocamento da ideia de mobilização e conflitos pela busca de direitos, para um discurso que irá privilegiar a integração e a cooperação com o Estado, inclusive é preciso citar que boa parte das Organizações do chamado terceiro setor acabam por receber recursos estatais para a realização de suas atividades, visto que as mesmas não possuem sustentabilidade.

Ora, devemos então refletir sobre esta questão: Qual é a independência de uma organização que recebe recursos estatais , uma vez que a mesma passa a sobreviver em condição de dependência do mesmo? A relação com os

usuários dos serviços não ficaria prejudicada, uma vez que não haveria isenção suficiente do corpo profissional para problematizar questões relativas ao cotidiano e que passam necessariamente pela intervenção do Estado ?

Carlos Montaña (2002) novamente salienta que:

“Efetivamente o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma e não outra, ou a destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva , dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s) (MONTAÑO:2002,57)

Convém então resgatar os pressupostos de Gramsci no que diz respeito à questão da sociedade civil para que possamos entender as profundas diferenças que separam os dois projetos.

Giovanni Semeraro (2001) nos auxilia a compreender melhor a questão, o mesmo vai reportar-se a Gramsci e dizer que a relação na verdade é dialética, além da sociedade civil considera-se também a sociedade política “duas esferas da superestrutura , distintas e relativamente autônomas mas inseparáveis na prática”.

Eis aqui a questão fundamental:

Pois, enquanto a primeira – compreendendo organismos “privados” e voluntários , como os partidos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas,etc- se caracteriza pela elaboração e difusão das ideologias e dos valores simbólicos que visam a direção – a segunda esfera – compreendendo instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc- se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a “dominação” (SEMERARO: 2009: 74)

Ou seja, considerando o Estado em sua forma ampliada podemos entender o mesmo como sociedade civil + sociedade política , ou hegemonia encorajada de coerção.

É preciso, portanto entender e internalizar este conceito fundamental do pensamento gramsciano e perceber como este foi apropriado pelas forças conservadoras e subvertido para seus próprios fins.

Outro equívoco latente diz respeito ao conceito de participação, o mesmo é difundido por dois projetos distintos, mas podemos cair no equívoco de que ambos tratam da mesma coisa.

Para grande parte das organizações do chamado terceiro setor, o conceito de participação remete à esfera da filantropia e de uma solidariedade calcada na ajuda ao próximo, para isto são criados programas e projetos que contam com a participação da “sociedade civil” no sentido de atenuar as expressões da Questão Social, prega-se a atuação voluntária sob forma de gastar o suposto “tempo livre”, nega-se o caráter de classe e as contradições inerentes ao sistema capitalista.

(...) é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação destas políticas” (DAGNINO:2008,102)

Ou seja, há uma subversão com conceito de participação utilizado pelas forças progressistas, há uma realocação da ideia de mobilização para uma lógica de integração e ajuda mútua. Descartam-se, portanto qualquer influência no que diz respeito ao planejamento das políticas públicas, nas tomadas de decisão e na reversão de questões históricas como a implementação de ações de “cima para baixo”.

Há, portanto que se resgatar a cultura política da participação , aquela que ficou presa a um passado não muito distante, mas cuja vivência ainda não foi presenciada sobretudo pelos mais jovens, obviamente que isto deve ser entendido e tratado também como um processo pedagógico de médio e curto prazo.

Contudo, devemos evitar cair no equívoco de entender a participação popular como a solução de todos os problemas pelos quais nossa ainda incipiente democracia passa. Maior participação, não necessariamente significa eliminação do clientelismo e da tradicional troca de favores tão presente em nossa sociedade ao longo de séculos.

Na próxima sessão, veremos as possibilidades no que diz respeito ao conceito tradicional de participação, bem como seus limites e possibilidades.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO OU CONTINUAÇÃO DE PRÁTICAS ULTRAPASSADAS ?

Duas novidades no final da década de 90 vieram trazer novo fôlego no que diz respeito à participação popular e às mobilizações em nosso país, são eles o orçamento participativo e os conselhos de direito divididos em áreas como Assistência Social, Portador de deficiência, Negro, Criança e adolescente entre outros.

Estaríamos então, rumando a uma radicalização da democracia ? A superação de dificuldades historicamente construídas e fortalecidas com a instauração da estratégia neoliberal?

Vieira (2008), ao falar sobre o orçamento participativo aborda que a questão da descentralização não necessariamente leva a uma partilha de poder visto que: “não é sempre que o processo de partilhar o poder chega aos municípios. Perpetua-se ali a política centralizadora e não democratizadora do Estado federal”. Ou seja, em alguns casos instâncias vistas enquanto pólos de democracia, participação e controle social pode servir de fachada para legitimação das ações governamentais.

Contudo, não cabe desqualificação destes espaços, recorrendo em um discurso fatalista que os desqualifica e afasta justamente as forças progressistas do seu campo de ação, muito pelo contrário, o que deve ser feito é uma análise precisa dos seus limites e possibilidades para que seu espaço

possa ser cada vez mais ocupado pelas classes trabalhadoras e seu projeto de poder.

Apontamos para a novidade que estes espaços representam na cena política brasileira ao aproximar sociedade política e sociedade civil, conforme estabelece Vieira (2008).

É importante ressaltar que esses novos espaços públicos irão representar a construção de uma cultura participativa com base em um processo de co-gestão com o Estado, no qual terão lugar a negociação e as disputas na política. Para DAGNINO (2002), esses encontros entre Estado e sociedade civil foram caracterizados como a grande novidade dos anos 90, derivando de uma aposta generalizada na participação da sociedade civil no processo de democratização (VIEIRA:2008:14)

Assim sendo, temos um espaço importante, pois se apresenta enquanto palco de luta por hegemonia, na qual projetos opostos se enfrentam visando à direção de seus propósitos, por isso faz-se necessária a publicização destes espaços, rompendo com um possível continuísmo de práticas ultrapassadas e promovendo a alteração dos atores que nele estão fortalecendo, portanto o processo democrático .

Se o orçamento participativo representa um importante avanço, não posso deixar de considerar os conselhos gestores divididos em diversas áreas como : Assistência Social, Criança e adolescente, Portadores de deficiência, Negro e Cultura, a partir da década de 90 estes espaços começam a ganhar força e passam a ser implementados nos municípios brasileiros e em que pese todos os limites de sua atuação, acabam por se tornar mais um espaço importante para a participação popular.

No que tange o Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro a lei que o promulga é a 2469/96 de autoria do poder executivo e logo no artigo primeiro institui o mesmo como “Instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente, com funções normativas e fiscalizadoras das ações e serviços de natureza pública e privada no campo de assistência social, como órgão colegiado máximo, de composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil”.

Ou seja, ao analisarmos as premissas da lei podemos depreender que a questão paritária na escolha dos conselheiros representa um avanço, pois

pode dependendo da correlação de forças, apresentar mudanças no que diz respeito às políticas de Assistência Social em sua formulação e concepção, rompendo ou diminuindo com o clientelismo historicamente presente ao longo dos anos.

Outro importante é que a instauração dos conselhos, especialmente o conselho municipal de assistência social pode aproximar os usuários de sua formulação, havendo portanto uma mudança da condição de subalternidade/passividade para uma condição de protagonismo/direção.

Contudo, Oliveira (2008) estabelece que a relação com os usuários ainda é de tutela, sendo os mesmo representados pelas instituições que lhe garantem acesso.

“Estas entidades , gradativamente ganharam consciência da importância do conselho e têm fortalecido sua presença neste espaço, bem como nas conferências. Na maioria dos casos, isto mais tem a ver com a defesa da própria instituição do que com a defesa da política de Assistência Social ou dos usuários. No vazio da presença dos próprios usuários, estas entidades assumem fazer a sua representação. Reproduzem na maioria das vezes relação de tutela com os usuários. (OLIVEIRA :2008,7)

Ou seja, à medida que a relação é tutelada , informações importantes no que diz respeito a Assistência Social acabam por ficar nas mãos de poucas pessoas, como por exemplo, o montante de recursos que será destinado anualmente para esta área, quais serão os projetos beneficiados e sobretudo a discussão política sobre os rumos que esta política está tomando acaba por se tornar refém dos mesmos atores, incidindo portanto em um enfraquecimento da proposta democrática e repetição de velhas práticas

Oliveira (2008) enumera alguns possíveis fatores que afastam a participação dos usuários do conselho de Assistência Social.

(...) a falta de incentivo à participação do usuário nas conferências e nos conselhos, o linguajar utilizado e técnico dos atores da política, a burocracia excessiva, a ausência da cultura da participação no país, o desconhecimento de direitos por parte da população pobre a falta de publicização da política de assistência social(...) (OLIVEIRA,2008,8)

Entretanto, apesar das dificuldades apontadas , devemos lembrar que estes espaços são recentes e carecem de maior divulgação, as contradições apesar de latentes são possíveis de superação.

Para que isto aconteça é preciso que os profissionais e atores envolvidos na órbita da Assistência Social e demais políticas públicas que possuem interface direta com esta, resgatem os princípios originais de participação e sociedade civil, a partir daí poderá haver uma tomada de posição que leve os usuários a condição de protagonista neste processo.

Para finalizar destaco o sempre importante papel do intelectual, mas não o intelectual tradicional comprometido somente com a academia, mas do intelectual orgânico no sentido gramsciano da palavra, aquele que está comprometido com os interesses da classe trabalhadora e que junto com esta ajudará na criação de uma nova sociabilidade com a formação de uma nova classe dirigente.

Reporto-me a Gramsci:

“Em suma, todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas formas de pensar” (GRAMSCI:2006,53)

Os conselhos são espaços importantes que devem ser conquistados e ocupados, o trabalho é árduo sem dúvida, mas é vez de ouvir o que a classe trabalhadora tem a dizer depois de tantos anos de silêncio, pregamos aqui uma inversão de valores no sentido mais radical da palavra, pois é chegada a hora de novos conceitos chegarem à tona.

Referências bibliográficas

BORON, A. Os “novos leviatãs” e a polis democrática; neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. SADER e GENTILI,P. (orgs) . Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 2000

DAGNINO. E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando ? MATO,D. (coord.) . Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalizacion. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela,2004.

HAYEK. F. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto liberal , 1984

GRAMSCI. A. Cadernos do Cárcere, Vol2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo.Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2006.

MONTAÑO. C. Terceiro setor e a Questão Social, Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez,2008.

OLIVEIRA, H. C. O protagonismo dos usuários nos conselhos: Desafios dos Assistente Sociais. In: Revista Em foco. Rio de Janeiro. Cress, 2008.

SADER, E. A nova toupeira, os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo, Boitempo,2008

SEMERARO, G. Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, Vozes, 2001.

VIEIRA, A V. N. Cultura política e democracia participativa : Um estudo sobre o orçamento participativo: Rio de Janeiro, Gramma,2009